

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Pesquisando cursinhos populares: uma análise dos trabalhos acadêmicos (2020-2025) sob a perspectiva da educação popular

João Gabriel Barbosa Silva, Jarina Rodrigues Fernandes

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16292>

Submetido em: 2026-05-26

Postado em: 2026-07-27 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

PESQUISANDO CURSINHOS POPULARES: UMA ANÁLISE DOS TRABALHOS ACADÊMICOS (2020-2025) SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

JOÃO GABRIEL BARBOSA SILVA¹

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-6519-8528>

<joao.g.brbs@gmail.com>

JARINA RODRIGUES FERNANDES²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8028-467X>

<jarina.fernandes@ufscar.br>

¹ Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. São Carlos, São Paulo (SP), Brasil.

² Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. São Carlos, São Paulo (SP), Brasil.

RESUMO: Os cursinhos populares surgem como resposta às desigualdades educacionais históricas brasileiras. Este artigo tem o objetivo de mapear e analisar os principais eixos temáticos das pesquisas sobre cursinhos populares, à luz do referencial teórico da educação popular, tomando como principal interlocutora a obra de Paulo Freire. Para tanto, foram utilizados os aportes teórico-metodológicos da pesquisa bibliográfica, sendo consideradas as bases Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Portal de Periódicos CAPES e Scientific Electronic Library Online (SciELO), e o período de 2020 a 2025. Os eixos temáticos identificados foram: i) Trajetória discente; ii) Experiência docente e Formação de professores; iii) Questões étnico-raciais e Práticas antirracistas; iv) Organização e permanência; v) Ensino de conteúdos, estratégias e recursos específicos; vi) Educação popular e movimentos sociais. Os resultados apontam diversidade de abordagens do campo de estudo; tensões fundamentais e contradições, - como o desafio da evasão e a necessidade de uma relação mais rigorosa entre teoria e prática; bem como a necessidade de formação e instrumentalização para atuação na área, autocritica e teorização sobre propostas capazes de conciliar a preparação para o vestibular e a formação política dos estudantes.

Palavras-chave: Cursinhos populares; Educação popular; Acesso ao ensino superior; Desigualdade educacional; Pré-vestibular.

RESEARCHING POPULAR PRE-UNIVERSITY COURSES: AN ANALYSIS OF ACADEMIC PAPERS (2020-2025) THROUGH POPULAR EDUCATION

ABSTRACT: Popular preparatory courses (“cursinhos populares”) emerge as a response to historical educational inequalities in Brazil. This article aims to map and analyze the main thematic axes of research on popular preparatory courses, in light of the theoretical framework of popular education, taking the work of Paulo Freire as its main interlocutor. To this end, the theoretical-methodological contributions of bibliographic research were employed, considering the following databases: the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), the CAPES Journal Portal, and the Scientific Electronic Library Online (SciELO), covering the period from 2020 to 2025. The thematic axes identified were: i) Student trajectories; ii) Teaching experiences and teacher education; iii) Ethnic-racial issues and anti-racist practices; iv) Organization and student retention; v) Teaching contents, strategies, and specific resources; vi) Popular education and social movements. The results reveal a diversity of approaches within the field of study, as well as fundamental tensions and contradictions — such as the challenge of student dropout and the need for a more rigorous relationship between theory and practice. They also highlight the need for training and professional preparation for work in the field, self-criticism, and the development of

theoretical perspectives capable of reconciling preparation for university entrance examinations with the political education of students.

KeyWords: Popular preparatory courses; Popular education; Access to higher education; Educational inequality; University entrance preparatory courses.

INVESTIGANDO LOS CURSOS PREUNIVERSITARIOS POPULARES: UN ANÁLISIS DE LOS TRABAJOS ACADÉMICOS (2020-2025) DESDE LA PERSPECTIVA DE LA EDUCACIÓN POPULAR

RESUMEN: Los cursos preuniversitarios populares surgen como respuesta a las desigualdades educativas históricas brasileñas. Este artículo tiene como objetivo mapear y analizar los principales ejes temáticos de las investigaciones sobre cursinhos populares, a la luz del marco teórico de la educación popular, tomando como principal interlocutor la obra de Paulo Freire. Para ello, se utilizaron los aportes teórico-metodológicos de la investigación bibliográfica, considerando las siguientes bases de datos: la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD), el Portal de Periódicos CAPES y la Scientific Electronic Library Online (SciELO), en el período de 2020 a 2025. Los ejes temáticos identificados fueron: i) Trayectoria estudiantil; ii) Experiencia docente y formación de profesores; iii) Cuestiones étnico-raciales y prácticas antirracistas; iv) Organización y permanencia; v) Enseñanza de contenidos, estrategias y recursos específicos; vi) Educación popular y movimientos sociales. Los resultados evidencian una diversidad de enfoques dentro del campo de estudio, así como tensiones y contradicciones fundamentales —como el desafío de la deserción estudiantil y la necesidad de una relación más rigurosa entre teoría y práctica—, además de la necesidad de formación e instrumentalización para actuar en el área, autocrítica y teorización sobre propuestas que concilien la preparación para el examen de ingreso a la universidad con la formación política de los estudiantes.

Palabras clave: Cursos preuniversitarios populares; Educación popular; Acceso a la educación superior; Desigualdad educativa; Preuniversitario.

INTRODUÇÃO

Os cursinhos populares são um objeto de estudo passível de várias abordagens, desde uma visão macro, seja política ou social, até a análise de uma experiência específica dentro de sala de aula. Ademais, aqueles que se envolvem com cursinhos populares nem sempre possuem formação acadêmica na área de educação. Suas formações são diversas, muitos têm a educação como espaço de militância, não como espaço de atuação profissional. Beane e Apple (1997, p. 22), ao refletirem sobre escolas democráticas, afirmam que são as “diferenças que enriquecem a comunidade e o leque de opiniões que deve considerar” (Beane; Apple, 1997, p. 22). No caso dos cursinhos populares, os trabalhos evidenciam que estes se originam dos movimentos sociais, de iniciativas de estudantes, professores e/ou gestores das Instituições de Ensino Superior (IES), sendo que em algumas situações são parcerias dos movimentos com as IES.

Os cursinhos não funcionam de forma isolada, dependem de um vínculo real com os movimentos sociais e a comunidade onde se inserem. A força dos cursinhos reside na capacidade de enraizar as práticas pedagógicas no espaço físico e social dos estudantes atendidos. Há necessidade de articulação entre os conhecimentos trazidos pela academia e os saberes em luta das comunidades, permitindo construir redes de solidariedade e relações cooperativas indispensáveis.

Esse cenário se reflete na produção acadêmica sobre cursinhos populares. Cada pesquisador leva consigo sua visão individual, sendo que sua área e espaço de formação, de certa forma, condicionam essa percepção. Em consequência, as pesquisas partem de epistemologias diferentes. Algumas fortemente sociais, outras políticas, há também aquelas que levam em conta apenas os aspectos de aprendizagem sem analisar se as estruturas são justas ou não, enquanto algumas analisam as estruturas sem analisar os aspectos de aprendizagem, enfim, como a visão sobre educação não é única, é de se esperar que trabalhos diferentes partam de origens diferentes.

Essa pluralidade, embora enriquecedora, impõe desafios à coesão do campo de pesquisa. Diante desse cenário, este artigo tem o objetivo de mapear e analisar os principais eixos temáticos das pesquisas sobre cursinhos populares, à luz do referencial teórico da educação popular, tomando como principal interlocutora a obra de Paulo Freire.

Mas, por que cursinhos populares? A educação pública brasileira vem falhando em preparar seus estudantes para o ensino superior. Essa não deve ser a única prioridade da educação básica, mas o estudante que queira continuar seus estudos deveria ter meios para fazê-lo.

Salata, Bringham e Miranda (2025, p. 31), ao analisarem a origem social dos estudantes do nível superior entre 1992 e 2022, destacam que ainda que o acesso dos estudantes das escolas públicas venha aumentando nas universidades, a chance de ingresso no ensino superior dos filhos de família de classe média/alta é 3,5 vezes maior. Sobre o número de ingressos por setor, em 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou que 79,2% dos estudantes da rede privada ingressam no ensino superior, já os da escola pública, apenas 35,9% ingressam (Brasil, 2018, p. 101).

A gestão do governo federal brasileiro (2023-2026) tem buscado atuar diante dessa disparidade. No bojo das políticas voltadas à democratização do ensino superior, encontra-se o Programa Pé-de-Meia, instituído pela Lei nº 14.818/2024 (Brasil, 2024a) e regulamentado pelo Decreto nº 11.901 de 26 de janeiro de 2024 (Brasil, 2024b), tendo como foco a redução da evasão escolar com incentivos mensais e anuais. Em consonância, outro decreto, nº 12.410, de 13 de março de 2025 (Brasil, 2025), regulamenta o Programa Diversidade na Universidade e institui a Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP), que fomenta a atuação dos referidos cursinhos em seus trabalhos de mitigação de desigualdades.

Nesse cenário, ficam evidentes as necessidades de existência e manutenção de cursinhos populares, visto que eles surgem para suprir essa demanda de preparo, além de serem fundamentais na divulgação de ações afirmativas e de permanência na universidade que, muitas vezes, os estudantes da educação básica não conhecem.

Contudo, a intencionalidade de realizar o trabalho da melhor forma não é o bastante para um movimento de educação popular.

A educação popular, social e comunitária não tem apenas caráter interdisciplinar - o trabalho social precisa ser integrado por equipes profissionais de diferentes áreas, com formação de nível médio, técnico ou superior - mas também tem um caráter intersetorial. Ao mesmo tempo, devido a sua enorme diversidade, exigem-se conhecimentos e saberes específicos em cada caso. Não basta apenas boa vontade. (Gadotti, 2012, p. 5).

A produção de conhecimento científico sobre o campo é fundamental. Promover uma educação dita popular em um espaço em que o principal objetivo é a aprovação no vestibular, dispositivo

que tem caráter neoliberal, demanda reflexão crítica. A ideia de uma prova que “selecione” os mais preparados, segue a lógica do mito meritocrático, além de valorizar a competição e impor responsabilidade individual para os participantes, se abstendo sobre o sucesso ou o fracasso destes. Os mecanismos pré-vestibulares operam a favor da individualidade e competitividade, não a favor da coletividade e emancipação. Os cursinhos populares existem em um campo de contradições.

Com o pensamento pautado no vestibular, é preciso estar atento para que cursinhos populares não percam o ideário progressista, inicialmente construído pela luta popular, e comecem a reproduzir práticas reacionárias, normalmente utilizadas nas escolas tradicionais. Isto é, ter cuidado para que um espaço que deveria ser democrático e produzido para as classes populares, não se transforma em mais um local que reproduz o interesse da classe dominante.

Esse encontro entre os cursinhos populares e a educação popular só poderá ser realizado coletivamente. Nessa perspectiva, há necessidade de exploração e análise das produções. Ao investigar os processos que são realizados nos mais diversos lugares é possível compreender em que ponto se está, quais práticas resistem aos métodos reacionários tradicionais, quais diálogos entre experiências podem ser estabelecidos, quais necessidades são comuns entre cursinhos populares. O mais importante é compreender como ficar mais próximos de uma educação transformadora que não só prepare os estudantes para o vestibular, mas que também possa contribuir para o seu empoderamento e aponte para caminhos emancipatórios, em uma sociedade desigual e, tantas vezes, excludente.

Sob tal perspectiva, o presente artigo foi estruturado da seguinte forma: inicialmente é apresentado o caminho conceitual trilhado, tendo a obra de Paulo Freire como principal interlocutora; a segunda seção, caminho metodológico, indica os aportes utilizados para a realização da pesquisa bibliográfica pretendida; na terceira seção, é apresentada a análise das produções acadêmicas, considerando os eixos temáticos identificados: Trajetória discente; Experiência docente e Formação de professores; Questões étnico-raciais e Práticas antirracistas; Organização e permanência; Ensino de conteúdos, estratégias e recursos específicos; e Educação popular e movimentos sociais; seguidas pelas considerações finais e pelas referências utilizadas.

CAMINHO CONCEITUAL

Como este artigo se propõe a analisar os trabalhos acadêmicos na perspectiva da educação popular, é necessária a aproximação com Paulo Freire, que compreendia a educação popular, como um programa de ação: "esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica", considerando que a educação está intrinsecamente ligada à luta pelo poder (Freire; Nogueira, 1993, p.19).

Paulo Freire desenvolveu uma concepção de educação comprometida com a transformação social, emancipação humana e promoção de justiça social. A ontologia freireana é, antes de tudo, uma ontologia do ser humano como sujeito histórico, em oposição a uma visão do ser humano como coisa ou objeto. Ele parte de uma premissa fundamental, expressa de forma decisiva em *Pedagogia do Oprimido*: a vocação dos seres humanos é a humanização, sendo a desumanização uma distorção dessa vocação. “A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que têm sua humanidade roubada, mas

também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais” (Freire, 2019, p. 40).

Ser mais é tornar-se sujeito da própria história, capaz de criticar o mundo, dialogar com os outros e intervir na realidade para transformá-la, num processo contínuo de fazer-se mais humano por meio da práxis (ação-reflexão-ação), recusando a condição de objeto passivo, silenciado e "coisificado" pela opressão.

Freire (2025b) vê a história como possibilidade e não de forma determinista, por isso, a desumanização, por mais que esteja concretamente presente, é apenas uma ordem injusta e um desvio na vocação humana. “Não é possível educar para a democracia, para a liberdade, para a responsabilidade ética na perspectiva de uma concepção determinista da História” (Freire, 2025b, p.146).

Para Freire, o ser humano é um projeto, um ser inacabado e consciente de seu inacabamento, cuja história é a luta permanente pela sua humanização contra as forças desumanizadoras. Este caráter inacabado não é uma fraqueza, mas a condição de possibilidade para a sua historicidade, “Por isto mesmo é que os reconhece como seres que estão sendo, como seres inacabados, inconclusos, em e com uma realidade, que sendo histórica também, é igualmente inacabada” (Freire, 2019, p. 101-102).

A ontologia freireana é, portanto, radicalmente anti-fatalista. Ela nega qualquer determinismo que imobilize o ser humano. A opressão, para Freire, é a negação dela.

Se a ontologia define quem é o ser humano (um sujeito histórico e inacabado), a epistemologia freireana define como este ser humano conhece. E o conhecimento para Freire não é uma doação ou uma transferência, mas um ato de criação e descoberta coletiva. Sua epistemologia pode ser definida como dialógica e problematizadora.

O autor contrapõe à educação bancária, na qual o educador é o detentor do conhecimento que deposita nos educandos, vistos como vasilhas vazias, a sua proposta de educação problematizadora. Na educação bancária, o processo é de domesticação, o mundo é apresentado como algo estático, e o conhecimento, como um produto a ser consumido. Já na educação problematizadora, o processo é de libertação.

O ato de conhecer se dá por meio do diálogo. O diálogo não é uma técnica, mas um encontro epistemológico entre sujeitos que buscam juntos desvelar a realidade. É por meio do diálogo que se realiza a conscientização, que não é consciência moral, mas a percepção crítica das relações sociais, políticas e econômicas que condicionam a vida.

Nesta construção, a relação entre ação e reflexão, o que Freire chama de práxis, é fundamental. Não há verdadeira ação transformadora sem reflexão crítica, assim como não há reflexão verdadeira que não desemboque em alguma forma de ação sobre o mundo. A práxis é o processo pelo qual o sujeito, o ser que age, exerce sua capacidade de conhecer, para modificar a realidade, num movimento constante.

[...] se a teoria e a prática são algo indicotomizável, a reflexão sobre a ação ressalta a teoria, sem a qual a ação (ou a prática) não é verdadeira. A prática, por sua vez, ganha uma significação nova ao ser iluminada por uma teoria da qual o sujeito que atua se apropria lucidamente (Freire, 2025a, p. 47).

A práxis em Paulo Freire é o conceito-chave que supera a falsa dicotomia entre teoria e prática. Diferentemente do mero ativismo (ação pela ação) ou do puro verbalismo (teoria desconectada), a práxis autêntica é o processo pelo qual os oprimidos, por meio do diálogo, desvelam criticamente a realidade opressora e nela intervêm para transformá-la. Essa unidade indissolúvel entre fazer e pensar é o motor da libertação. É o fundamento da educação problematizadora, que nega a educação bancária e posiciona o conhecimento como fruto de uma construção coletiva e intervencionista na história.

A contribuição de Freire está justamente na forma como entrelaça ontologia e epistemologia. Não se pode separar o ser do conhecer em seu pensamento. Por ser um ser inacabado e projetado para ser mais, o ser humano precisa conhecer o mundo para nele intervir. Sua condição ontológica de sujeito exige uma postura epistemológica ativa, curiosa e intervencionista.

Transformação, então, seria a mudança nas relações de opressão presentes na sociedade, isto é, uma educação transformadora é aquela que conscientiza os indivíduos sobre as injustiças sociais e os apoia na conquista de autonomia, consciência crítica e capacidade de transformação da sociedade.

A transformação e libertação serão conquistadas à medida em que os sujeitos presentes na sociedade conquistem autonomia intelectual e política, o que denominamos de emancipação. A emancipação tem a ver com o sujeito, mas é um processo coletivo que está vinculado à luta por justiça social.

A libertação e transformação são necessárias para a superação das desigualdades sociais, sendo essa superação, interesse das classes populares. Daí a necessidade de um ideário progressista, afinal, é essa visão que rejeita a mercantilização do ensino. Ser progressista não é apenas uma postura política, mas sim uma ética educacional que valoriza a democracia, solidariedade e esperança.

Numa perspectiva progressista, a educação popular não pode, por outro lado, reduzir-se ao puro treinamento técnico de que grupos de trabalhadores realmente precisam. Esta é a maneira necessariamente estreita de formar, que à classe dominante interessa, a que reproduz a classe trabalhadora como tal. (Freire, 2023, p. 183)

Se cursinhos são ditos populares, eles precisam defender interesses populares. Os interesses populares não podem ser definidos de forma idealista por quem atua em e/ou pesquisa cursinhos populares, eles devem ser definidos de forma concreta com os estudantes pertencentes às classes populares. O ingresso na universidade, a superação da desigualdade, a ascensão social, são exemplos desses interesses. A libertação, transformação, emancipação são os caminhos sugeridos por Freire, pelos quais a presente análise se pauta, por sua coerência ética e viabilidade diante da realidade.

Tais caminhos vêm acompanhados da superação do mero processo mecanicista de fixação de conteúdos, compreendendo que, mesmo em uma perspectiva pré-vestibular, existem fatores que vão além do vestibular: a promoção do direito à educação e da justiça social.

CAMINHO METODOLÓGICO

A investigação foi realizada em consonância com os aportes teórico-metodológicos da pesquisa bibliográfica, tendo em vista a construção de uma visão de conjunto sobre o objeto do estudo,

sendo percorridas as seguintes etapas de leitura: i) de reconhecimento do material bibliográfico, ii) exploratória, iii) seletiva, iv) reflexiva e v) interpretativa (Salvador, 1981).

Foi realizada a busca por meio da utilização de diversos descritores, tendo em vista abranger expressões utilizadas em diferentes regiões do país, sendo eles: "cursinho popular" OR "cursinhos populares" OR "cursinhos comunitários" OR "cursinho comunitário" OR "cursinho alternativo" OR "cursinhos alternativos" OR "pré-vestibular popular" OR "pré-vestibulares populares" OR "pré-vestibular comunitário" OR "pré-vestibulares comunitários". Estes descritores foram inseridos nas bases Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Periódicos CAPES, com seleção do período de 2020-2025.

Houve apenas três critérios de exclusão, o primeiro para trabalhos que não tratavam especificamente sobre cursinhos populares, o segundo para trabalhos que por mais que estivessem catalogados nas bases, não foi possível o acesso e por fim, excluir duplicatas. A escolha das bases se deu pela cobertura temática, já que, esses repositórios concentram boa parte da produção acadêmica brasileira; e pela credibilidade, sendo todas referências consolidadas pela academia. O processo de seleção escolhido nesta investigação visa assegurar que a análise subsequente estivesse fundamentada em materiais verdadeiramente pertinentes ao tema em questão.

Foram considerados, após as exclusões, 166 trabalhos, sendo 15 teses, 53 dissertações e 98 artigos de periódicos.

Os trabalhos selecionados foram inseridos em uma planilha que continha autor, título, ano, tipo, resumo e *link*. Após a organização do material coletado, iniciou-se o processo de identificação e categorização dos temas presentes nas produções. Após a leitura de reconhecimento, exploratória e seletiva, foram identificadas as temáticas dos trabalhos, as quais foram organizadas em eixos temáticos pela leitura reflexiva, possibilitando assim uma leitura interpretativa à luz da literatura.

Por fim, cada eixo foi analisado individualmente para compreender as relações entre os trabalhos e quais são suas potencialidades partindo da perspectiva da educação popular.

ANÁLISE DAS PRODUÇÕES POR EIXOS TEMÁTICOS

Pela leitura reflexiva foram identificados seis eixos temáticos a serem analisados: i) Trajetória discente (41 trabalhos); ii) Experiência docente e Formação de professores (36 trabalhos); iii) Questões étnico-raciais e Práticas antirracistas (31 trabalhos); iv) Organização e permanência (40 trabalhos); v) Ensino de conteúdos, estratégias e recursos específicos (35 trabalhos); vi) Educação popular e movimentos sociais (49 trabalhos). É importante ressaltar que há trabalhos que foram categorizados em mais de um eixo, por contemplarem duas ou mais temáticas.

Considerando os limites do presente artigo, serão citados, na análise, trabalhos representativos, capazes de apoiar a construção da síntese integradora (Salvador, 1981) pretendida, capazes de evidenciar os principais tópicos de diálogo em cada eixo.

Trajetória Discente

A democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, ainda tensionada por desigualdades de classe, gênero e raça, pode encontrar em cursinhos populares um dispositivo de inclusão dos historicamente excluídos. Diversas trajetórias pessoais são marcadas por cursinhos populares e, por isso, muitos trabalhos acadêmicos dedicam suas páginas a essas trajetórias.

Silva (2021b) evidencia, ao entrevistar alunas faveladas egressas de cursinhos populares, a importância desses espaços na decisão dessas alunas de ingressarem nas universidades. O processo educativo foi além do vestibular e as empoderou quanto às ações afirmativas e as políticas de permanência. Lisboa (2021) lembra que os estudantes de cursinhos populares são da classe trabalhadora e conciliam muitas horas de trabalho com o estudo. A autora confirma, a partir das trajetórias de vida investigadas, o desejo das populações negras de classes populares pelo ensino formal. Para isso, ela utilizou uma abordagem participativa chamada “escrevivência”, conceito criado por Conceição Evaristo, que é utilizado para narrar vivências individuais e coletivas dos sujeitos.

Tanto Silva (2021b) quanto Lisboa (2021) trazem relatos de indivíduos que atribuem sua mobilidade social às aprendizagens proporcionadas por sua participação em um cursinho popular, entendendo que esse espaço possibilitou acesso a informações que não teriam por outros meios. Além disso, a rede de apoio dada pelos cursinhos fortaleceu suas práticas de aprendizagem, que na universidade viriam a ser mais autônomas.

Os trabalhos acadêmicos sobre trajetórias, mesmo estando localizados em cursinhos diferentes, têm muitas convergências. O desafio em conciliar trabalho e estudo, as dificuldades financeiras, a dificuldade de locomoção, o cansaço, são todos comuns nos relatos trazidos pelos trabalhos. Além disso, é possível acrescentar desafios extras quando raça e gênero são considerados nos relatos.

Alguns desses trabalhos analisam as relações que geram esses desafios usando os conceitos de Bourdieu. Para Rosa e Rosa (2024), os estudantes de classes mais favorecidas detêm o “capital cultural”, daí a imposição cultural às classes populares. Nesta perspectiva, Macedo (2023) afirma que os estudantes de classes populares sofrem “violência simbólica” nas instituições formais de ensino, já que os métodos dessas instituições defendem a hegemonia dominante. Ribeiro (2021) nos lembra de que os jovens da classe populares têm “capital cultural”, contudo, tal capital tem pouco valor simbólico.

Santos, Littig e Borges (2022) recorrem também a Bourdieu para analisar que jovens de famílias de classes populares têm dificuldade em sonhar com o ingresso no ensino superior. Para os autores, a falta de referências pessoais dos estudados impactam no não sonhar, sendo que o “habitus” da família que o indivíduo está inserido pode impactar seu processo de educação. Isto é, a família pode influenciar positivamente em direção aos estudos, mas também pode haver uma pressão para ajudar na renda doméstica ao atingir a maioridade, atrapalhando o processo educativo. O cursinho popular, neste caso, tem papel importante de ressignificação desse “habitus”, oferecendo repertório cultural e acadêmico. Os autores destacam que, para a juventude negra, periférica, indígena, quilombola e LGBTQIAP+, a escola pode ser um ambiente de invisibilidade e violência simbólica. O currículo eurocêntrico, a falta de representatividade dos referidos perfis nos materiais didáticos e as práticas pedagógicas que desconsideram seus saberes e cultura criam barreiras quase intransponíveis.

A obra de Paulo Freire oferece uma lente para decifrar a raiz desse problema: se trata de uma crise na humanização.

Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão. Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada. (Freire, 2019, p. 40).

A marginalização educacional a partir de seus marcadores se configura como um roubo da humanização dos oprimidos. Se a universalidade abstrata dos direitos falha em enxergar e proteger a vida concreta das mulheres negras, por exemplo, o mesmo ocorre com um projeto educacional que se pretende universal, mas que, ao ignorar as demandas específicas, fracassa em humanizar e, no limite, expulsa aqueles que deveria acolher.

A advertência freireana contra o assistencialismo e a romantização da luta é crucial. Para que esses cursinhos não caiam na reprodução de dinâmicas de exploração ou num discurso vazio devem manter-se como comunidades dialógicas. Em tais comunidades as trajetórias dos oprimidos são o ponto de partida para a construção coletiva de um "inédito viável" (Freire, 2023, p. 16): a universidade democratizada e a sociedade mais justa que, juntos, estudantes e professores sonham e começam a construir.

Experiência Docente e Formação de Professores

Os cursinhos populares foram criados para auxiliar estudantes nos processos de preparação para o vestibular, entretanto, não são apenas os estudantes que são tocados por esse tipo de iniciativa. Estes espaços têm se configurado como laboratórios de experiências pedagógicas, onde voluntários e docentes em formação encaram o desafio da docência. Por isso, diversos trabalhos se debruçam em analisar a experiência docente e a formação de professores vinculados aos cursinhos populares.

Pensando na formação docente em espaços não formais de educação, Lucena (2024) reflete sobre a busca de educadores populares por dar sentido às suas práticas educativas, indo além dos conteúdos escolares e vislumbrando uma possibilidade de transformação. A autora reuniu relatos de professores que afirmam que o cursinho popular possibilitou o desenvolvimento de algumas competências e habilidades práticas essenciais para o dia a dia da profissão, além de compreenderem mais sobre desafios subjetivos da prática, como as frustrações durante o processo por exemplo (Lucena, 2024, p. 21).

A importância formativa para professores em cursinhos populares é confirmada em diversos outros trabalhos. Freitas (2020), também recolhendo relatos de professores, constatou que os cursinhos populares são considerados um espaço valioso de formação docente e que a passagem por esses espaços afeta de alguma forma a futura prática dos professores. O autor que buscava encontrar uma identidade docente, percebeu uma pluralidade de noções, entendendo que não só os espaços educacionais afetam essa identidade, mas também suas trajetórias pessoais.

Gallo (2023) vai além ao afirmar que o professor é central nas mudanças dos paradigmas educacionais. Isto é, mudando a perspectiva formativa é possível mudar a práxis educativa. Então, seriam

os cursinhos populares espaços educativos que apoiariam essa mudança de perspectiva? Assim como Lucena (2024) e Freitas (2020), Gallo (2023) destaca que os cursinhos populares não são os únicos espaços de educação que contribuem para a construção da formação docente, sendo importante considerar que professores que passaram pelo mesmo cursinho popular podem ter perspectivas educacionais diferentes, já que outras experiências também contribuem para a sua formação docente.

Os estudos analisados demonstram a intrínseca relação entre educação e sociedade, mostrando que mesmo espaços contra-hegemônicos, como cursinhos populares, não estão imunes às contradições do sistema educacional. Ao analisar relatos dos docentes, Lucena (2024), Freitas (2020) e Gallo (2023) mostram que a formação docente em cursinhos populares opera sob uma lógica paradoxal. O desenvolvimento de “competências” e a busca de uma “identidade docente” revela uma tensão não resolvida: como essas experiências formativas dialogam com a mercantilização da educação que os professores enfrentarão em suas trajetórias?

A formação docente é um processo contínuo e inacabado. Espaços de resistência ao sistema hegemônico de ensino ocupam lugar importante nessa formação. Lopes (2023), ao estudar professores em formação que foram egressos de cursinhos populares, percebeu que a experiência contribuiu para a certeza da escolha pelo magistério. Esses professores em formação construíram uma concepção de “bom professor”, a partir de suas experiências como estudantes de cursinhos populares. Tais experiências ocasionaram que desvinculassem o ensino da mera formalidade e treinos mecanicistas. É considerado um “bom professor” aquele que ensina com afeto, que se aproxima dos estudantes, que tem interesse em suas trajetórias e, principalmente, que gosta do que faz. Esses entrevistados, egressos de cursinhos populares, não atribuem ser “bom professor” ao puro conhecimento teórico, mas sim à postura de aproximar o estudante da teoria de forma humanizada e pessoal.

Sobre as motivações para participar desse tipo de projeto, Sassi, Alves e Pereira (2023) perceberam que as principais são: satisfação pessoal, desenvolvimento profissional e desejo de ajudar o próximo. Alves (2023), entrevistando um grupo de professores de outro cursinho, relata as mesmas motivações pessoais e profissionais. As entrevistas de ambos os estudos mostram que os professores nesses cursinhos populares têm uma visão profissionalizante, mas também, buscam alguma forma de satisfação pessoal ao buscar a promoção da justiça social e ao auxiliarem seus estudantes a compreender que o conhecimento vai além do vestibular. Santos, Messeder Neto e Oliveira (2022) contribuem dizendo que essas motivações são necessárias para o seguimento da docência e que a prática nesses espaços traz confiança para as práticas profissionais futuras.

Entretanto, nem sempre o que se idealiza coletivamente é o que se constrói na prática. Pinheiro (2023) destaca que só o discurso hegemônico de professor “salvador” já atesta contra o ideário popular desses cursinhos. Além disso, existe uma dificuldade em conciliar as necessidades de formação política dos estudantes com seus desejos de ingressar no ensino superior. Podem então, alguns cursinhos sobrepor seus interesses de militância sobre as necessidades de seus estudantes, promovendo práticas de exclusão e de pouco diálogo.

Pela leitura dos trabalhos, é possível perceber que nem sempre os vieses dos professores são progressistas. Muitos docentes veem os cursinhos populares como uma porta de entrada para a docência, já que nos anos iniciais de vida docente é difícil de encontrar oportunidades de dar aula para turmas completas. Este espaço então serve para eles adquirirem “competências e habilidades” que serão

necessárias em sua carreira, como percebido por Lucena (2024), Freitas (2020), Gallo (2023), Santos, Messeder Neto e Oliveira (2022).

Mesmo que a busca individual docente possa não ser de viés progressista, estar em um meio com estudantes vulneráveis socialmente é de fato educativo e tem uma força progressista própria. Ouvir as histórias, estar atento aos saberes populares, muda de certa forma a percepção docente, ao quebrar com a lógica vertical do ensino tradicional, humaniza os estudantes e os próprios docentes.

Por isso, os cursinhos populares precisam se atentar para não caírem na falácia da caridade como ferramenta de emancipação. Caridade cria viés de dependência, de invasão cultural, de dominação. A transformação social só poderá ser alcançada pelo caminho da coletividade, pela dialogicidade, que longe de ser apenas uma técnica, é “exigência da natureza humana” (Freire, 2012, p. 122). Concordando com Freire (2012), a dialogicidade é humanizante; e uma educação que a negue, nega também a humanidade dos sujeitos.

Outra possibilidade, a principal, para a busca por essa formação prática, é o viés ideológico, de acreditar nas transformações sociais pela educação. Os cursinhos populares emergem como espaços de inédito viável, isto é, uma possibilidade concreta de mudança social, que ainda não existe, mas pode ser construída pela ação humana. Como afirma Freire (2023, p. 15-16) “Nas situações-limites, mais além das quais se acha o “inédito viável”, às vezes perceptível, às vezes não, encontram-se razões de ser para ambas as posições: a esperançosa e a desesperançosa.” No excerto, a seguir, ele continua refletindo sobre o importante papel do educador progressista na posição esperançosa da busca ativa pelo “inédito viável”.

Uma das tarefas do educador ou educadora progressista, através da análise política, séria e correta, é desvelar as possibilidades, não importam os obstáculos, para a esperança, sem a qual pouco podemos fazer porque dificilmente lutamos e quando lutamos, enquanto desesperançados ou desesperados, a nossa é uma luta suicida, é um corpo-a-corpo puramente vingativo (Freire, 2023, p.16).

Assim, esses espaços confirmam a visão de Freire da formação como processo contínuo, inacabado e coletivo.

É de se atentar que a formação não pode ser apenas prática, se o viés é progressista, a teoria também tem grande valor. Quando os trabalhos sobre cursinhos populares falam de “formação docente”, eles majoritariamente estão falando de formação prática. Esse tipo de formação carece de reflexão crítica. A prática é concreta, mas se limita à visão de dentro, a teoria analisa a prática e a melhora, gerando uma nova prática que, subsequentemente, será novamente analisada à luz da teoria e assim se avança ciclicamente. É importante não limitar a formação docente à prática.

Questões Étnico-Raciais e Práticas Antirracistas

A exclusão da população negra brasileira remonta ao período escravocrata e reverbera no pós-abolição, pensando que a abolição não veio acompanhada de políticas reparadoras, o que resultou na sua marginalização até os dias de hoje. Silva (2021a) reforça que a exclusão histórica do acesso à educação para a população negra, marginaliza também, educacionalmente, essa população. O acesso ao ensino superior parece ainda mais distante do que o normal, a possibilidade de acesso vem acompanhado

por uma quebra do estigma de que a universidade não é lugar para eles (Silva, 2021a, p.89). Por isso, cursinhos populares devem ir além do preparo para o vestibular, acompanhando seus estudantes e compreendendo que o fator histórico e de pertencimento, muitas vezes, se sobrepõem à preparação.

Jesus (2024) analisa que é papel dos cursinhos populares também serem uma resposta a essa falta de políticas de inclusão educacional. A “Lei de cotas”, criada pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Brasil, 2012) e atualizada pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023 (Brasil, 2023) foram importantes passos em direção a essa inclusão, tendo sido conquistados a partir da luta dos movimentos negros. Além disso, a divulgação da importância desse tipo de legislação faz parte do escopo de cursinhos populares. Ademais, a continuidade das lutas antirracistas atua a favor da criação de novas leis de reparação histórica.

Há a ideia de que é necessário um currículo contra-hegemônico nesses espaços. Gonçalves (2022) traz a experiência de cursinhos que dispõem de disciplinas que englobam componentes críticos sobre o racismo e políticas públicas. Tirando o vestibular do centro e pautando a experiência em empoderamento dos estudantes negros em formação.

Fica evidente após a leitura, a força da resistência, resistência ao processo desumanizante do sistema hegemônico: ir contra a homogeneização da educação e das categorias históricas. No Brasil, alguns avanços foram vistos nas últimas décadas, principalmente, no que tange à educação nas relações étnico-raciais. A implementação de leis como a Lei nº 10.639/03 (Brasil, 2003), que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, representa uma pressão concreta no projeto homogeneizador.

A mera existência da lei não garante sua efetividade, mas ela, sem dúvidas, representa um avanço e a vontade coletiva de ouvir vozes historicamente silenciadas. Ouvir, compreender, dialogar, entender a história como possibilidade e não de forma determinista é a essência da humanização. Fugir do discurso fatalista e buscar anúncios coletivos é a única opção transformadora.

É necessário superar a falsa dicotomia entre unidade e diversidade. Freire (2023) sugere a unidade na diversidade, espaço em que os sujeitos, mesmo tendo seus próprios marcadores, dialogam e lutam em busca do seu direito de humanização.

As chamadas minorias, por exemplo, precisam reconhecer que, no fundo, elas são a maioria. O caminho para assumir-se como maioria está em trabalhar as semelhanças entre si e não só as diferenças e assim, criar a unidade na diversidade, fora da qual não vejo como aperfeiçoar-se e até como construir-se uma democracia substantiva, radical (Freire, 2023, p. 212).

Uma unidade autêntica não é a do silenciamento forçado para criar uma falsa harmonia, mas a do diálogo conflitante e generoso entre os diferentes. É na tensão produtiva entre os diversos lugares de fala, experiências e conhecimentos que se forja uma unidade política robusta, uma unidade capaz de, sem apagar as diferenças, confrontar as estruturas que as hierarquizam. A potência transformadora, portanto, reside em sua capacidade de forjar essa unidade diversa, onde a luta por uma educação e uma sociedade radicalmente democráticas é o elo comum.

A luta pelas cotas e por políticas reparatórias é vista, assim, não como assistencialismo, mas como práxis histórica dos oprimidos, alinhada à visão freireana de que a mudança social exige ação organizada e reflexão crítica. Quando esses espaços buscam desconstruir estereótipos e preparar os

estudantes para ocupar a universidade e a sociedade, estão cultivando a autonomia e a esperança necessárias para a construção do inédito viável.

Os trabalhos analisados atentam para a demanda de práticas contra-hegemônicas que fortaleçam a autoestima e, em consequência, o desempenho acadêmico dos estudantes. Parece relevante novos mapeamentos de disciplinas dentro de cursinhos populares que discutam políticas públicas, práticas antirracistas e que desconstruam estereótipos.

Além disso, os cursinhos populares têm papel importante na divulgação e consolidação de políticas públicas e ações afirmativas. Neste sentido, deve-se compreender o estudante não apenas como uma parte de um público-alvo a ser preparado para uma prova e, sim, como sujeito de sua história, dotado de experiências e saberes. Há que se dialogar com esse estudante a fim de que possa despertar-se para o seu pertencimento a outros espaços sociais. Desse modo, deve ser preparado não apenas para o vestibular, mas para ocupar seu espaço na universidade e sociedade.

Organização e Permanência

Os cursinhos populares apresentam diversidade organizacional, podendo ser vinculados a universidades públicas, como projetos de extensão universitária; a organizações não governamentais (ONGs), associações de moradores ou coletivos autônomos (Simão, 2020). Na maioria dos casos, as gestões são apresentadas como realidades marcadas pela horizontalidade, participação coletiva e trabalho voluntário, especialmente de estudantes universitários e professores. Assembleias, reuniões periódicas e grupos de trabalho são mecanismos recorrentes para tomada de decisões, planejamento pedagógico e resolução de conflitos.

Simão (2020) mapeou cursinhos populares das universidades públicas de São Paulo trazendo um breve resumo de cada um que encontrou. Entre Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade de São Paulo (USP), foram encontrados mais de 60 cursinhos populares com grande diversidade de gestão e propostas. Alguns cursinhos conseguem ser gratuitos, por exemplo, enquanto outros cobram taxas simbólicas para suprir demandas de materiais e mão de obra.

Cursinhos populares são normalmente criados coletivamente por grupos que defendem propostas que pautam as diversas ações da organização. A forma de gestão escolhida enfatiza isso, além do mais, a participação coletiva atesta a favor do pertencimento dos atores da experiência, isto é, os professores chamados a participar ativamente do processo de escolhas administrativas.

Assis (2020) exemplifica a importância das parcerias institucionais para acesso a salas de aula, laboratórios, apoio pedagógico e assistência estudantil como, por exemplo, o auxílio bandeirão para voluntários e estudantes. Assim como o autor, diversos outros pesquisadores se propõem a analisar suas próprias experiências, sendo que esses trabalhos têm mais convergências do que divergências. A escolha por uma gestão democrática, a participação coletiva, a visão de uma educação além da preparação para o vestibular, são os principais exemplos de convergência.

Sobre a permanência, muitos trabalhos atestam o problema da evasão em seus cursinhos populares. Santos (2020), ao analisar a evasão dos estudantes de um cursinho popular, percebeu que a

maior parte está relacionada à sobrecarga no trabalho, desmotivação, demandas pessoais, dificuldade na rotina e falta de apoio. A evasão em cursinhos populares do Rio de Janeiro variou entre 30% e 90% (Santos, 2020, p. 13), uma taxa que indica a necessidade de se pensar sobre o tema. O autor estudou a evasão não apenas em cursinhos populares, mas também no ensino médio e ensino técnico, que por mais que tivessem taxas diferentes, havia uma convergência no principal motivo de evasão: o trabalho.

Embora o trabalho seja um fator comum de evasão, o abandono escolar difere daquele ocorrido em cursinhos populares. Enquanto a escola é obrigatória, o cursinho é uma escolha e, em geral, oferece horários flexíveis para acolher quem estuda e/ou trabalha. Nesses espaços, a evasão raramente decorre da simples troca do estudo pelo emprego; frequentemente, é o esgotamento gerado pelo trabalho que inviabiliza a aprendizagem.

Tratando-se das classes populares, educação e trabalho são indissociáveis. A sobrevivência financeira é a demanda prioritária e, inevitavelmente, o trabalho tende a se sobrepor aos estudos. Logo, um cursinho que ignora a realidade da classe trabalhadora perde, em sua essência, o caráter de cursinho popular.

Ou seja, entender que o cansaço e a ausência nas aulas, portanto, não são sinais necessariamente de desinteresse, mas sintomas de uma contradição insustentável: a que separa, de forma antidialógica, a educação da vida concreta. Nesse sentido, um dos desafios colocados aos cursinhos populares é o de não apenas flexibilizar horários, mas de incorporar criticamente a condição trabalhadora de seus estudantes ao próprio ato educativo, transformando a tensão entre trabalho e estudo em ferramenta de leitura de mundo e motivação política para a permanência e a luta, “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (Freire, 2025c, p. 127).

Uma educação verdadeiramente libertadora não pode se furtar a considerar a realidade laboral das educandas e dos educandos, isto é, por mais que os temas pré-vestibulares já estejam escolhidos pelo próprio vestibular, a forma como esses temas são abordados precisa considerar, sempre que possível, a vida cotidiana do estudante.

Ensino de Conteúdos, Estratégias e Recursos Específicos

Diversos conteúdos, estratégias e recursos didáticos são focalizados em estudos sobre cursinhos populares. O desafio central desses estudos reside em conciliar o preparo técnico exigido pelo ENEM e vestibulares, com metodologias alternativas, a exemplo, da Pedagogia Sintrópica (Fonseca, 2023); da reelaboração de questões sob a ótica da Educação Matemática Crítica (Fé Neto, 2021); de utilização da plataforma GeoGebra para o ensino de funções (Silva; Franzen, 2020), visando transformar o estudante no agente principal de sua aprendizagem; ou ainda o uso de jogos pedagógicos, como o "BioCartas", para redimensionar as Ciências Naturais de forma transdisciplinar e significativa (Silva, 2023). A literatura também aparece como recurso potente: Garcia e Salgado (2020) utilizam, por exemplo, a obra "O Nome da Rosa" para fomentar o pensamento crítico e desconstruir a ideia de ciência como verdade absoluta.

Em última análise, este eixo revela que o cursinho popular funciona como um espaço de investigação pedagógica: “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se

encontram um no corpo do outro” (Freire, 2002, p. 16). Para o autor, ser pesquisador não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar do educador, pois “faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa” (Freire, 2002, p. 16).

Nessa perspectiva, é imprescindível que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma como pesquisador. No caso dos cursinhos, compreendemos que a perspectiva freireana impulsiona os docentes a ousarem práticas que empoderem os sujeitos frente à seletividade do ensino superior.

Educação Popular e Movimentos Sociais

A relação entre movimentos sociais e educação popular é marcada pela busca de alternativas ao modelo hegemônico de educação, que privilegia a reprodução das desigualdades e a mercantilização do ensino. Os cursinhos populares emergem como respostas coletivas à exclusão educacional, articulando saberes acadêmicos e populares, práticas de autogestão e participação comunitária.

O espaço em que esses cursinhos se inserem é um elemento relevante para sua análise. Gomes Junior (2021) afirma que o enraizamento das práticas pedagógicas nas comunidades se dará pela territorialização da experiência, pensando em um maior vínculo com os estudantes atendidos. Além disso, a comunicação do cursinho com outros movimentos sociais se faz obrigatório para a inserção em uma comunidade.

A maioria dos cursinhos populares assume a educação popular como referência teórico-metodológica, articulando conteúdos disciplinares com debates sobre direitos, políticas públicas, racismo, gênero e cidadania. A práxis pedagógica é marcada pela valorização dos saberes locais, pelo diálogo horizontal e pela construção coletiva do conhecimento (Dornelles, 2021).

Ripardo (2021) destaca a necessidade das relações cooperativas, entendendo que a cooperação, solidariedade e dignidade são princípios fundamentais num processo educativo popular. Nos relatos recolhidos pelo autor, fica evidente o compromisso pelas questões sociais, adquirido pelos estudantes no cursinho popular estudado.

Uma das principais contradições enfrentadas pelos cursinhos populares é a tensão entre a proposta de uma educação transformadora e a necessidade de preparar os estudantes para exames seletivos que reforçam a lógica meritocrática e excludente (Prata, 2020).

A sustentabilidade dos projetos depende da mobilização de voluntários, da captação de recursos e do apoio institucional, sendo frequentemente ameaçada pela rotatividade de educadores, pela sobrecarga de trabalho e pela ausência de políticas públicas de assistência estudantil.

A tensão apontada entre preparar para o vestibular (um exame meritocrático) e promover emancipação é o dilema central: como "nadar contra a corrente" do sistema sem ser por ele absorvido? A análise realizada aponta que a resposta tem sido encontrada na práxis autêntica: uma prática que, sem ignorar a necessidade imediata de acesso à universidade, problematiza com os educandos o próprio vestibular como mecanismo de exclusão, transformando a preparação técnica em ato político de crítica e esperança.

Para Freire e Nogueira (1993, p. 49), a sala de aula não é neutra, mas um campo de forças culturais: "o espaço da escola é re-descoberto como sendo lugar de opções, é então um espaço preenchido

por opções políticas". Para lutar contra a corrente, o professor precisa de uma coragem que parece, à primeira vista, insana: "essa competência e essa valentia é composta de uma sadia insanidade" (Freire; Nogueira, 1993, p. 51). É a coragem de inventar a alegria e o "contentamento pedagógico" mesmo diante da carência e das opressões.

As normas e pautas institucionais, criadas para garantir determinados objetivos, podem se tornar instrumentos de domesticação, limitando a leitura da realidade e a atuação do educador. Longe de propor uma ruptura individualista, é necessário defender uma postura crítica orgânica. A postura crítica começa por perguntar: "quem elaborou as normas? E as pautas? A quem estas servem? Privilegiam o quê?" (Freire; Nogueira, 1993, p. 55). É um convite a não "rotinizar a inteligência" (Freire; Nogueira, 1993, p. 56). É necessário lidar com o risco da imposição, o risco que existe do intelectual bem intencionado impor seus saberes. Ao decidir o que eles devem saber, o intelectual rouba a autonomia e impede a prática do conhecimento.

Outro fator a ser refletido é que a cultura popular brasileira tem tradição oral, enquanto a cultura acadêmica é escrita, "E essa nossa cultura de ênfase gráfica (livresca) é, muitas vezes, superposição sobre a oralidade dos grupos populares" (Freire; Nogueira, 1993, p. 29). Por isso o cuidado é essencial: "Quando a gente, intelectuais, se soma à oralidade cultural do povo é importante não esquecer que há diferentes modalidades do conhecimento" (Freire e Nogueira, 1993, p. 29).

Por fim, diversos trabalhos aceitam cursinhos populares como experiências de educação popular sem de fato articular o motivo dessa relação ser verdadeira. Querer uma educação para além do vestibular está presente na maioria dos trabalhos, mas como isso é concretamente feito? A citação do referencial teórico da educação popular não necessariamente significa o desenvolvimento de práticas dessa natureza. Até que ponto realmente estamos respeitando os interesses dos estudantes e não sobrepondo nossos interesses aos deles? Afinal, cursinhos populares são também espaços de militância, mas isso não pode se sobressair ao interesse principal do estudante ao entrar em um cursinho popular, que é o ingresso na universidade. Ao mesmo tempo, podem estes interesses, dos estudantes, estarem intimamente ligados à sociedade capitalista. Ao ler os trabalhos é notório que o tradicionalismo educacional foi superado no ideário da maioria dos cursinhos populares, contudo, quais práticas podem sustentar uma educação que, ao mesmo tempo, os emancipe e os prepare para o vestibular?

SÍNTESE INTEGRADORA

A pesquisa bibliográfica acerca dos trabalhos sobre cursinhos populares publicados entre 2020 e 2025, nas bases Scielo, BDTD e Portal de Periódicos Capes, atesta sobre o valor dessas experiências como resistência às propostas hegemônicas de educação e sua posição como resposta às desigualdades educacionais no Brasil.

Apesar dos obstáculos, os cursinhos populares seguem sendo fundamentais na luta pela justiça social, tentando conciliar qualidade pedagógica com o compromisso social. Os impactos nos egressos parecem positivos a partir dos relatos das pesquisas, evidenciando que essas experiências fazem parte da construção educacional de quem por ali passa.

Não só os estudantes, mas também os educadores populares são impactados pela experiência. Estes espaços têm se configurado como laboratórios de experiências pedagógicas

emancipatórias. Nessa perspectiva, faz-se necessário analisar a experiência docente e a formação de professores vinculados aos cursinhos populares.

Os recortes de classe, raça e gênero precisam ser considerados. Cada um desses fatores traz desafios diferentes aos estudantes, sendo necessário a construção de espaços educacionais que incluam setores da população historicamente marginalizados, trazendo a cultura e os saberes populares também para dentro da sala de aula.

Os dados sobre evasão são alarmantes e o fato dela estar intrinsecamente ligada ao mundo do trabalho faz ser difícil sua superação de forma individual pelos cursinhos populares e, desse modo, precisa ser enfrentada por políticas públicas que fomentem a participação dos estudantes nesses espaços, como apoio de transporte, alimentação e financeiro.

Há pesquisas que focalizam ensino de conteúdos, utilização de estratégias e recursos específicos, considerando que, o fator vestibular é crucial, por isso deve sempre ser levado em conta, afinal, os estudantes procuram os cursinhos populares para passar no vestibular, sendo ele, objeto dotado de características específicas que precisam ser apropriadas pelos estudantes. Contudo, destaca-se a consciência de que os cursinhos populares devem superar a visão do mero preparo instrumental para o vestibular, atribuindo especial valor à criação de pensamento crítico dos estudantes. A experiência acumulada, pelos diversos cursinhos populares analisados nos trabalhos, atesta que não basta garantir o acesso à universidade: é preciso que os estudantes ocupem esses espaços com consciência crítica. Mais do que isso, não basta a compreensão dos conteúdos dos vestibulares, é necessário explorar as ações afirmativas e as políticas de permanência, garantindo assim um empoderamento e pertencimento dos estudantes.

Ao se originarem dos movimentos sociais ou de iniciativas estudantis, docentes e de gestores das IES é fundamental o estreitamento de vínculos com as pessoas e as comunidades nos territórios atendidos. Como já exposto, há necessidade de articulação entre os conhecimentos trazidos pela academia e os saberes em luta das comunidades, permitindo construir redes de trabalho colaborativo e de solidariedade.

Em última análise, é importante destacar o considerável quantitativo de trabalhos acadêmicos indexados nas bases pesquisadas, nessa primeira metade da década de 2020. O campo apresenta eixos de análise diversos, sendo que os objetivos e, conseqüentemente, as escolhas metodológicas da maioria das produções têm sido a de olhar para dentro de seu cursinho popular, a fim de analisar suas próprias necessidades. Nessa perspectiva, são necessárias pesquisas que identifiquem e analisem as relações, as convergências e as especificidades entre cursinhos, mapeando necessidades em comum, inéditos viáveis inspiradores para o campo em construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da pesquisa bibliográfica exploratória nos instiga a refletir sobre caminhos futuros. Faz-se necessário compreender como as políticas públicas contemporâneas têm influenciado o campo, quais os desdobramentos se anunciam com a formação de uma rede nacional de apoio de cursinhos populares.

É tarefa do nosso tempo sistematizar e divulgar metodologias bem sucedidas, afinal, ter um ideário transformador não implica necessariamente em práticas transformadoras. É possível, mesmo a partir de ideias progressistas, perder-se em meio a práticas reacionárias, alinhadas à opressão e à exclusão. A formação de educadores precisa acontecer a partir do aprofundamento do olhar sobre a prática, à luz dos conhecimentos historicamente construídos e dos princípios da educação popular. Fazer autocrítica sempre. O acompanhamento dos egressos nos inquieta a dar novos passos: se o papel dos cursinhos populares vai além do vestibular, os estudantes foram realmente tocados por uma nova leitura de mundo? Como os egressos de cursinhos populares lidam com a universidade?

Enfim, é preciso pesquisar, teorizar também sobre cursinhos populares para além do relato de práticas, atentos ao risco de atestar a favor dos movimentos hegemônicos. É essencial assumir que dentro dos cursinhos populares existem contradições a serem analisadas e que elas têm o potencial de continuar alavancando movimentos contra hegemônicos, emancipatórios, alinhados à transformação social.

REFERÊNCIAS

ALVES, Izabella Rodrigues. *Jovens voluntários(as) de um cursinho popular de uma universidade pública: os sentidos e significados da experiência*. 2023. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

ASSIS, Leandro Ferreira. *Pré-vestibular Comunitário Seja Mais: uma experiência para formação de professores voluntários*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2020.

BEANE, James; APPLE, Michael. O argumento por escolas democráticas. In: BEANE, James; APPLE, Michael (orgs.). *Escolas democráticas*. Tradução de Telma L. de Azevedo. São Paulo: Cortez, 1997. p. 9-43.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. *Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023*. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

BRASIL. *Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024*. Institui o Incentivo-Matrícula e o Incentivo-Permanência relativos ao Programa Pé-de-Meia. Brasília, DF: Presidência da República, 2024a.

BRASIL. *Decreto nº 11.901, de 26 de janeiro de 2024*. Regulamenta a Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024. Brasília, DF: Presidência da República, 2024b.

BRASIL. *Decreto nº 12.410, de 13 de março de 2025*. Regulamenta o Programa Diversidade na Universidade e institui a Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP). Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

DORNELLES, Lucas Augusto Schmidt. *Entre o pedagógico e o político: pensando contra-hegemonia e educação popular a partir do Práxis - Coletivo de Educação Popular (Santa Maria - RS)*. Santa Maria: UFSM, 2021.

FÉ NETO, Jair Pedro da. *Promovendo uma educação popular em um cursinho popular*: como isso é possível, utilizando questões de Matemática do ENEM reelaboradas? 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

FONSECA, Genaro Alvarenga. A aplicação da metodologia da pedagogia sintrópica em cursinhos populares. *Cadernos CIMEAC*, v. 13, n. 2, p. 195-212, 2023.

FREIRE, Paulo. Dialogicidade. In: FREIRE, Paulo. *A sombra desta mangueira*. São Paulo: Civilização brasileira, 2012. p. 121-134.

FREIRE, Paulo. Denúncia, anúncio, profecia, utopia e sonho. In FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2025a.

FREIRE, Paulo. Extensão e invasão cultural. In FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2025b.

FREIRE, Paulo. Educação versus Massificação. In FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2025c.

FREIRE, *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança*. 33. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

FREITAS, Cássio Pacheco. *Construindo a identidade docente: narrativas dos professores de biologia de cursinhos populares*. 2020. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Instituto de Física "Gleb Wataghin", Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. In: Congresso Internacional de Pedagogia Social, 4., 2012, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: Revista Diálogos: Pesquisa em Extensão Universitária, 2012. p. 10-32.

GALLO, Gabriela Bollier. *A construção de saberes docentes: o cursinho popular e a formação inicial de professores*. 2023. 101 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2023.

GARCIA, Ketlyn Correia.; SALGADO, Tânia Denise Miskinis. O Nome da Rosa: uma oficina por abordagens interdisciplinares sobre a obra de Umberto Eco em um curso pré-vestibular popular. *Interfaces da Educação*, v. 11, n. 33, p. 324-344, 2020.

GOMES JÚNIOR, José Antonio. *Territórios, Ser Social e Educação Popular: conexões a partir da experiência da Articulação dos Cursinhos Populares da Zona da Mata mineira*. Viçosa/Niterói: UFF, 2021.

GONÇALVES, Andreza Barroso. *Práticas de letramento e personalidades em um curso de pré-vestibular popular: um estudo de caso*. 2022. Tese (Doutorado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

JESUS, Victor Paiva de. *Cursos pré-vestibulares populares e negritude em Porto Alegre durante a pandemia de Covid-19*. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

LISBOA, Adrielle Karolyne de Sousa. *O pré-vestibular popular Pedro Pomar e a inserção de mulheres negras e de classes populares na universidade pública: um estudo sobre trajetórias escolares*. Dissertação (Mestrado em Educação) – UERJ, 2021.

LOPES, Luana. *Constituição da docência entre aprendizados no cursinho popular e na universidade: uma análise bourdieusiana*. 2023. 236 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

LUCENA, Hadassa Monteiro Albuquerque. *Formação docente em contexto não formal: a experiência nos cursinhos populares*. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 40, e42772, 2024.

MACEDO, Maria Manuela Dias Ramos de. *Os jovens e as perspectivas educativas no Brasil: retratos do desamparo e do desalento em um pré-vestibular comunitário*. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023

PINHEIRO, Welber de Barros. *De herói épico a herói trágico: uma análise da prática docente em cursinho popular*. 2023. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

PRATA, Leticia Cardoso. *Educação para além do mercado: a produção do espaço social a partir de um cursinho de educação popular*. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

RIBEIRO, Josuel Stenio da Paixão. *Trajetórias improváveis: a inserção ao mundo do trabalho para jovens de um cursinho comunitário da periferia*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNICAMP, 2021.

RIPARDO, Naara Lima. *Performances de reexistência em aprendizagem cooperativa: as narrativas autobiográficas dos(as) participantes do Cursinho Popular Viva a Palavra*. Fortaleza: UECE, 2021.

ROSA, Isis Gabriela Magalhães; ROSA, Luiz Felipe Moura da. *Retrato sociológico de uma licencianda em Física egressa de um curso pré-vestibular popular*. Contribuciones a las Ciencias Sociales, v. 17, n. 1, 2024, p. 1729-1739.

SALATA, André Ricardo; BRINGHENTI, Taiane Fabiele da Silva; MIRANDA, Ana Carolina Homem de. *Origem social e acesso ao ensino superior no Brasil entre 1992 e 2022*. Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, 2025. e20230188. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/dados.2025.68.3.376>>. Acesso em: 9 jul. 2025.

SALVADOR, Ângelo Domingos. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. 9. ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.

SANTOS, Angela Cristina da Silva. *Pensando estratégias para o enfrentamento da evasão em pré-vestibulares populares: um estudo de caso na Maré - Rio de Janeiro/RJ*. Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologia para o Desenvolvimento Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

SANTOS, Bruno Lima dos; LITTIG, Jonisario; BORGES, Vilmar José. As trajetórias de jovens periféricos: os cursinhos populares e o projeto de vida. *Revista Linguagem, Educação e Sociedade – LES*, Vitória, v. 26, n. 50, p. 158–183, out. 2022.

SANTOS, Hugo Henrique David da Silva; MESSEDER NETO, Hélio da Silva.; OLIVEIRA, Raiana Wilsa Linhares. Construindo razões para a docência: as contribuições e limites de um cursinho popular na formação inicial de licenciandos das ciências da natureza na UFBA. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade*, v. 3, n. 7, p. 1-27, 2022.

SASSI, Carolina; ALVES, José Humberto; PEREIRA, Andrea Ruzzi. Motivação de universitários em exercer o papel de professor voluntário em um cursinho popular. *Cadernos CIMEAC*, v. 13, n. 2, p. 18-35, 2023.

SILVA, Daniel Ferreira. *Biolinguagens: uma proposta de ensino transdisciplinar no ensino médio*. 2023. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

SILVA, Marcio Roque Neri da. *O acesso às universidades por negros e empobrecidos: os impactos causados pela EDUCAFRO no contexto da democratização do ensino superior*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica – RJ, 2021a.

SILVA, Rodrigo Sychocki da; FRANZEN, Thor. Educação popular e tecnologias digitais: uma experiência no ensino-aprendizagem de funções afins e quadráticas. *#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, Canoas, v. 9, n. 1, 2020.

SILVA, Silvia Leticia Queiroz da. *Pré-vestibulares comunitários e sua importância na trajetória das mulheres moradoras de favelas – o caso de Costa Barros*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – PUC-Rio, 2021b.

SIMÃO, Felipe Pinto. *Pré-vestibulares populares em universidades públicas no estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2020.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

João Gabriel Barbosa Silva – Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Metodologia, Escrita: rascunho original, Escrita: revisão e edição.

Jarina Rodrigues Fernandes – Metodologia, Supervisão, Escrita: revisão e edição.

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

As ferramentas de inteligência artificial Gemini e ChatGPT foram utilizadas para auxiliar na revisão gramatical e na coerência dos resumos em línguas estrangeiras.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.